NUNO DOMINGOS E VICTOR PEREIRA

Introdução

Pretendemos com este livro, baseado num conjunto de estudos de caso, prosseguir um percurso de investigação distinto daquele que tem caracterizado as formas dominantes de interpretar a história do período identificado com os governos do Estado Novo (1926-1974) ([1]). Encontramos este olhar hegemónico em trabalhos académicos centrados no estudo das ideologias do regime e nas intenções dos seus governantes, nomeadamente nos desígnios do seu chefe, António de Oliveira Salazar. Uma recente catadupa de publicações legitima a existência de uma narrativa histórica personalizada na vontade de um homem, expressão mais evidente do regresso de uma certa história biográfica, estimulada agora pelos desejos do comércio editorial, que retrata apenas os dominantes, e ainda assim menosprezando as configurações sociais que constrangem e possibilitam as suas acções e estratégias. Esta visão não é apenas veiculada por trabalhos estritamente académicos. A figura de Salazar sustenta uma literatura de divulgação histórica, dirigida a públicos mais vastos, que em parte explora difusos sentimentos de nostalgia e todo o tipo de considerações críticas em relação à sociedade actual ([2]). Interessará questionar de forma mais sistemá-

---

([1]) Se lhe acrescentarmos os anos iniciais da ditadura militar.

([2]) Nesta catadupa há biografias de homens políticos do Estado Novo escritas por não-historiadores, como a biografia de António Oliveira Salazar, por Jaime Nogueira Pinto, e a de Marcello Caetano, por Manuela Goucha Soares, ambas publicadas pela Esfera dos Livros. Alguns livros dedicam-se a aspectos particulares da vida dos governantes (a vida íntima

tica a influência desta exploração comercial da história recente do país sobre as prioridades dos investigadores e o modo como privilegiam determinados objectos e perspectivas de análise.

Esta tendência recente parece consagrar uma visão restrita do debate historiográfico que tem vindo a ser realizado acerca do período. Tal redução do objecto de análise é ainda mais notória quanto o campo historiográfico ocupado com o estudo do Estado Novo já se encontra demarcado por um questionário de base cuja natureza restringe a própria formulação de problemas, acabando por se reflectir num leque reduzido de opções metodológicas e numa certa utilização das fontes de arquivo. As próprias análises efectuadas sobre este campo de estudos específico acabam por reificar ainda mais a força de uma matriz disciplinar([3]). A entrada de Maria de Fátima Bonifácio sobre a historiografia do período,

por exemplo) ou são memórias de pessoas próximas deles. Há publicações vendidas como suplementos de jornais ou revistas como os *Anos de Salazar*, publicado pelo *Correio da Manhã* e dirigido por António Simões do Paço, e com trabalhos de historiadores e jornalistas. Há obras académicas e não académicas que, quase sempre em função da intenção comercial das editoras, colocam o nome de Salazar no título, personalizando assim todo o processo social, apesar de os conteúdos das obras por vezes contrariarem a assinalada lógica personalista. Só recentemente foram publicados: Miguel Figueira de Faria, *Alfredo da Silva e Salazar* (Lisboa: Bertrand, 2009); Pedro Costa, *Salazar e os milionários* (Lisboa: Quetzal, 2009); Ricardo Serrado, *O jogo de Salazar. A política e o futebol no Estado Novo* (Lisboa: Casa das letras, 2009); Fernando Amaro Monteiro, *Salazar e o Rei (que não foi)* (Lisboa: Livros do Brasil, 2009); Irene Flunser Pimentel, Luís Farinha, João Madeira, dir., *Vítimas de Salazar* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007); Elsa Santos Alípio, *Salazar e a Europa. História da Adesão à EFTA (1956-1960)* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006). Apesar da profusão de livros sobre Salazar, só há até hoje uma biografia académica do ditador ainda não traduzida em português: Luís Filipe Meneses, *Salazar: A political biography* (New York: Enigma, 2009). Por fim, é de notar a presença de Salazar em títulos de obras de ficção: Joel Costa, *O assassínio de Salazar* (Lisboa: Casa das letras, 2007); Domingos Freitas do Amaral, *Enquanto Salazar dormia...* (Lisboa: Casa das letras, 2006), e mesmo, noutro contexto, em meios de comunicação audiovisual (por exemplo, A Vida Privada de Salazar, SIC).

([3]) Na expressão de Thomas Kuhn, em *A Estrutura das Revoluções Científicas* (Lisboa: Guerra e Paz, 2009).

publicada no *Dicionário de História de Portugal*([4]), identifica, por exemplo, um conjunto diminuto de perguntas que de imediato delimitam o campo de discussão e a colocação de problemas: «A que tipo político pertenceu o Estado Novo? Qual foi a sua base de apoio social? Quais as origens e as características ideológicas do salazarismo?» ([5]). As obras que de forma mais evidente participaram neste debate historiográfico([6]) acabam por ser remetidas, e por vezes reduzidas, aos termos fundadores da discussão, princípios de divisão legítima de um campo de problemas.

A interpretação da lógica que presidiu à instituição de uma matriz de colocação de problemas, que se foi depurando com o tempo, beneficiaria da utilização de um instrumento conceptual como a noção de «campo» ([7]). Mais do que reduzir a interpretação

([4]) Republicado em Maria de Fátima Bonifácio, *Estudos de História contemporânea* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007), pp. 93-120.

([5]) *Ibidem.*

([6]) Mais concretamente as obras de Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo [1928-1938]* (Lisboa: Estampa, 1986), «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», *Vértice*, n.º 13 (1989) pp. 21-29, de António Costa Pinto, *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais* (Lisboa: Estampa, 1992), de Manuel Lucena, *A evolução do sistema corporativo português* (Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976), de Manuel Braga da Cruz, *O partido e o Estado no salazarismo*, (Lisboa: Presença, 1988), de Hermínio Martins, *Classe, Status e poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1998), de Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009) de Yves Léonard, *Salazarismo e fascismo* (Lisboa: Inquérito, 1998), de Michel Cahen, «Salazarisme, fascisme et colonialisme. Problèmes d'interprétation en sciences sociales, ou le sébastianisme de l'exception», *Portuguese Studies Review*, n.º 16/1 (2008), pp. 87-114, de algumas obras colectivas como *O Fascismo em Portugal* (Lisboa: Regra do Jogo, 1982), *O Estado Novo, Das Origens ao Fim da Autarcia, 1929-1959*, vols 1 e 2, dir. Fernando Rosas, José Maria Brandão de Brito (Lisboa: Fragmentos, 1987) e *Salazar e Salazarismo* (Lisboa: Dom Quixote, 1989) e também na mais recente análise do período avançada pela *História de Portugal* coordenada por Rui Ramos (Lisboa: Esfera dos Livros, 2009), onde não se evita uma narrativa política personalizada nas decisões do líder e das elites marginalizando-se uma história das estruturas e da sociedade.

([7]) Em relação à história das ciências sociais e do seu processo de institucionalização, Pierre Bourdieu utilizou o seu conceito de campo em

destes debates a discussões entre individualidades idiossincráticas, caberá sobretudo perceber a genealogia histórica da instauração de formas de pensar os problemas e de uma hierarquia de objectos de investigação e o modo como esta prática se legitima por intermédio de um conjunto de perguntas de partida através da utilização de determinados quadros conceptuais e metodológicos. Importaria explorar a relação da organização do próprio campo, das suas prioridades e expectativas, com o processo de institucionalização académica em Portugal após o 25 de Abril e a sua tradução em currículos escolares, na formação de novos investigadores, no financiamento da investigação científica e nas lógicas de edição. Num quadro mais geral, para averiguar a autonomia do campo da investigação histórica, haveria que estudar o modo como a investigação se relaciona com outros campos sociais, nomeadamente, com o campo político e, mais recentemente, com o campo económico. A circulação entre a esfera universitária, a política e a empresarial, a procura constante de financiamento por parte dos laboratórios de investigação, tanto junto de instituições públicas como do mercado (nomeadamente empresas que «encomendam» aos centros as suas histórias, processo por vezes denominado como eufemismo da «procura social»), a influência dos interesses comerciais e das lógicas do mercado editorial são processos que deveriam ser objectivados para assim se compreender os seus efeitos sobre a maneira como se escreve história em Portugal. Neste contexto, há que pensar o efeito da ruptura política de 1974 no modo como, num universo de estudos que esteve durante décadas fortemente determinado pelo regime, se procurou, perante um novo futuro, salientar todas as características que definiram um período que acabara de findar([8]).

«La specificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison», *Sociologie et Sociétés*, vol. VII, n.º 1 (1975), pp. 91-117; «Le champ scientifique», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* n.º 2-3 (1976), pp. 88-104; *Homo Academicus* (Paris: Minuit, 1984), *L'ontologie politique de Martin Heidegger* (Paris: Minuit, 1988).

([8]) Manuel Lucena foi talvez o autor que, neste contexto, mais relevo deu às continuidades históricas, sobretudo no que respeitava às relações entre capital e trabalho e ao papel do Estado neste âmbito. Manuel Lucena, *A evolução do...* e, Idem, «A revolução portuguesa: do desmantelamento da organização corporativa ao duvidoso fim do corporativismo», *Análise Social*, vol. XIII, n.º 51 (1977), pp. 541-592 e Idem, «Neocorporativismo? Conceito, interesses e aplicação ao caso

A premência destas questões não deixou de se relacionar com o desenvolvimento de um campo de estudos internacional ocupado com o estabelecimento de comparações tipológicas para as quais o tipo de regime, e em certo sentido a nação, surgiam como variável independente e chapéu temático organizador de um conjunto de formas de olhar o processo histórico. O debate académico sobre a natureza do Estado Novo, sempre vivo, inseriu no campo das ciências sociais uma problemática política. Possibilitou, também, beneficiando da perspectiva comparada que as tipologias permitem, ultrapassar o discurso da singularidade portuguesa, alimentado pela própria ditadura, que, numa retórica historicista, se apresentava como única, resultado natural da história do país. Por fim, tal debate colocou o Estado Novo no contexto mais vasto da história das ditaduras do século XX([9]). No entanto, a caracterização do Estado Novo e, por contágio, de toda a sociedade do mesmo período, dentro de tipologias definidas por um conjunto de critérios pré-estabelecidos, e muitas vezes correspondendo a modelos de análise relativamente fechados, circunscreve conceptual e metodologicamente um campo de problemas. Como vários autores apontaram([10]), grande parte das tipologias tende a restringir-se às formas institucionais e aos discursos, marginalizando os diferentes regimes de práticas. A riqueza e diversidade da perspectiva comparativa([11]) dependem dos critérios escolhidos para construir

português», *Análise Social*, vol. XXI, n.º 87, 88, 89 (1985), pp. 819-865.

([9]) Para citar apenas uma obra veja-se Juan Linz, *Totalitarian and authoritarian regimes* (Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2000).

([10]) Ver por exemplo Robert Paxton, *The Anatomy of Fascism* (London: Allen Lane, 2004); Béatrice Hibou, *La force de l'obéissance. Economie politique de la répression en Tunisie* (Paris: La Découverte, 2006); Jean-Yves Dormagen, «Penser un 'totalitarisme sans terreur'. Les apports conceptuels de Juan Linz à la compréhension du fascisme italien», in *Penser les régimes politiques avec Juan J. Linz*, dir. Mohammad-Saïd Darviche, William Genieys (Paris: L'Harmattan, 2008), pp. 19-44.

([11]) Evidente em obras que se tornaram referências absolutas na utilização do método comparativo, como por exemplo Barrington Moore Jr, *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno* (Lisboa: Cosmos,1975 [1966]) ou Theda Skocpol, *Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China* (Lisboa: Presença, 1985 [1979]). Veja-se, a propósito das várias perspectivas

os termos da comparação bem como das hipóteses formuladas e da base empírica que sustenta os problemas de investigação, o que nos deve levar a ultrapassar as questões que se tornaram hegemónicas em Portugal, como saber se o salazarismo era ou não fascista (o que afasta da equação, por exemplo, «a função social e económica estruturante do Estado)»([12]). A procura de uma conformidade com um tipo-ideal concebido de forma redutora oculta as evoluções dos regimes (e o Estado Novo, particularmente, conheceu diversas evoluções), as reconfigurações constantes, o modo como se misturam elementos de vários regimes([13]), as dinâmicas internas das situações em função do contexto internacional, das evoluções de forças internas, tanto dentro do Estado como na totalidade da sociedade. O exercício taxonómico corre o risco de reificar os regimes, tornando-os entidades estáticas([14]). Em suma, as tipologias devem ser um meio e não, como por vezes tem acontecido, um fim da investigação.

Realizada segundo estes vários pressupostos, a história do Estado Novo reproduz uma visão elitista que havia sido desenvolvida pela própria ditadura. Uma visão imposta de cima para baixo, onde o poder omnipotente e omnisciente do líder e o dos aparelhos institucionais e jurídicos do regime se projectam sobre uma população apática e amorfa([15]). O próprio estudo da «resistência»

acerca da utilização do método comparativo em história o artigo seminal de Theda Skocpol e Margareth Somers, «The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry», *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22, n.º 2 (1980), pp. 174-197.

([12]) Michel Cahen, *Africando. Bilan 1988-2009 et projets 2009-2018*, Relatório para a Habilitação a dirigir investigações (Paris: Université de Paris I Panthéon-Sorbonne, 2008), p. 86.

([13]) Ver por exemplo Olivier Dabène, Vincent Geisser, Gilles Massardier, dir., *Autoritarismes démocratiques et démocraties autoritaires au 21e siècle. Convergences Nord/sud. Mélanges offerts à Michel Camau* (Paris: La Découverte, 2008); Michel Camau, Gilles Massardier, dir., *Démocraties et autoritarismes. Fragmentation et hybridation des régimes* (Paris: Karthala, 2009).

([14]) Por essa razão, vários autores, seguindo o exemplo de Guy Hermet, abandonaram o conceito de regime autoritário, preferindo o de situações autoritárias, expressão que abre mais perspectivas para compreender os processos de dominação, as constantes dinâmicas que existem em qualquer relação de poder e o funcionamento destas últimas.

([15]) Esta visão elitista do poder também se encontra na historiografia dos séculos XVIII e XIX e tem sido nos últimos anos matizada por

ao Estado Novo não é imune a esta tendência. Aqui, mais uma vez, tende a impor-se uma história de cima para baixo, onde o interesse nos que estão em «baixo» se parece limitar ao seu papel na narrativa histórica da «resistência» e à reprodução da pergunta «quem apoia, quem não apoia?». Face à imagem de um poder concentrado, as acções e práticas dos indivíduos têm como referentes de causalidade a actividade do regime e dos seus líderes. Desta forma, a interpretação das relações sociais limita o seu escopo à análise da posição explícita e «consciente» dos indivíduos e grupos em relação a este poder, ou como colaboradores ou como resistentes, ou, em alternativa, votados a uma passividade que é sinónimo de invisibilidade histórica.

A projecção sobre a sociedade da tipologia política do regime e da vontade do seu líder marginaliza processos históricos e sociais complexos, cuja lógica estrutural tende a desaparecer sob a força de uma história nacionalizada, refém das intenções ideológicas e dos objectivos de determinados aparelhos institucionais do Estado, aqueles que de forma mais clara representam a «ideologia do regime». O sentido destes aparelhos ideológicos, determinado pela legislação, por programas, discursos ou proclamadas intenções, impõe-se ao processo social e histórico apoderando-se dele, ao mesmo tempo que se apropria das pessoas que o constroem no seu quotidiano. A força de uma história nacional e a emergência do indivíduo histórico autónomo da sua sociedade, tendências que Norbert Elias enunciou de forma clara na introdução ao *Processo Civilizacional*([16]), reduzem a análise dos processos de mudança social e os benefícios conceptuais trazidos, por um lado, pela análise de longa duração e do advento de conceitos pluridimensionais como o de «configuração», «economias-mundo» ou «sistemas-

historiadores que puseram em relevo as «políticas populares», o papel do caciquismo, as relações conflituais entre o centro e a periferia. Neste sentido, um dos objectivos deste livro é de inserir o estudo do Estado Novo no «tempo longo» e não conferir ao período uma excepcionalidade que oculta a continuação de processos mais largos. Sobre estas problemáticas ver José Tengarrinha, *E o povo, onde está? Política popular, contra-revolução e reforma em Portugal* (Lisboa: Esfera do Caos, 2008) e Pedro Tavares de Almeida, Rui Miguel Branco, dir., *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha (século XIX-XX)* (Lisboa: Livros Horizonte, 2007).

([16]) Norbert Elias, *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas* (Lisboa: Dom Quixote, 2006).

-mundo», ou mesmo o de «complexo histórico-geográfico»([17]); e, por outro, de todos os benefícios decorrentes de estudos realizados a uma escala mais pequena, de que a monografia, o estudo de caso ou a biografia([18]), quando extirpada dos vícios acima assinalados, constituem bons exemplos. Esta análise processual não pretende eufemizar a natureza autoritária e repressiva do Estado Novo, traduzida na acção de um aparelho coercivo que proibiu, perseguiu, censurou e asfixiou formas de participação, de mobilização, de resistência e de protesto([19]), que usou o medo e a desconfiança como modo de governo e procurou criar um aparelho de inculcação ideológica apoiado em diversas instâncias institucionais([20]).

No entanto, reconstituir o processo social durante este período implica recuperar um conjunto de práticas, perdidas ou invisíveis por não constituírem base empírica para uma visão restrita da história focada na tipologia institucional do regime, nos seus projectos e poderes e na acção do seu líder. Esta visão decorre também das fontes seleccionadas pelos investigadores e dos seus critérios de selecção. A abertura e a exploração crescente do Arquivo António de Oliveira Salazar na Torre do Tombo reproduz a tendência para a imposição de um olhar construído a partir do topo e que em seguida cobre toda a sociedade. Assim, se este arquivo é indispensável e a publicação de parte do seu conteúdo muito útil([21]), a sua sobrevalorização relativa tende a ocultar diversos domínios da prática historiográfica, como por exemplo a história social([22]). Como resultado deste processo de focalização e ocultação, muitos arquivos oficiais encontram-se pouco explorados, mal inventariados ou não inventariados de todo, não localizados, abandonados ou até destruídos. A quase nula mobilização colectiva dos historiadores perante a incúria que preside muitas vezes ao tratamento de muitos acervos documentais produzidos pela administração durante o século XX é inversamente proporcional ao destaque dado pela imprensa a qualquer pseudo-descoberta de fontes ligadas à figura de Salazar([23]).

Noutro sentido, os documentos indisponíveis, mesmo os que parecem, ao senso comum partilhado por altos funcionários e políticos, inúteis ou mera «papelada», condicionam fortemente a maneira como se pode escrever história e que história se pode escrever. Assim, por exemplo, só uma reduzida parte do arquivo do antigo Ministério das Corporações e da Previdência Social, tão importante para levar a cabo uma história do trabalho e dos trabalhadores e das relações profissionais, está acessível

([17]) Rui Santos, «With a Mind to Science: Theoretical underpinnings of Vitorino Magalhães Godinhos historical work», *Review - Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, n.º 4 (2005), pp. 339-350.

([18]) Ver por exemplo a biografia de Álvaro Garrido sobre Henrique Tenreiro: *Henrique Tenreiro. Uma biografia política* (Lisboa: Temas e Debates, 2009).

([19]) Maria da Conceição Ribeiro, *A polícia política no Estado Novo, 1926-1945* (Lisboa: Estampa, 1995); Irene Flunser Pimentel, *A história da PIDE* (Lisboa: Temas e debates, 2007); Renato Nunes, *Miguel Torga e a PIDE. A repressão e os escritores no Estado Novo* (Coimbra: Minerva, 2007); Irene Flunser Pimentel, *Biografia de um inspector da PIDE. Fernando Gouveia e o partido comunista português* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008); Paulo Marques da Silva, *Fernando Namora entre os dedos da PIDE. A repressão e os escritores no Estado Novo* (Coimbra: Minerva, 2009).

([20]) Fernando Rosas, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, vol. XXXV, n.º 157 (2001), pp. 1031-1054.

([21]) Desde os trabalhos da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista até recentemente, com a edição da correspondência de Salazar com várias figuras do regime (Pedro Teotónio Pereira, Daniel Barbosa) foram publicados muitos documentos deste arquivo. Também foram publicados livros com correspondência endereçada e recebida por Salazar proveniente de espólios particulares. No entanto, algumas destas correspondências não são devidamente contextualizadas, são fragmentárias, não indicam a forma de aceder aos originais e à integralidade do espólio. De resto, muita desta correspondência não deveria estar em espólios privados mas, sendo os correspondentes antigos funcionários do Estado, remetido às instituições públicas.

([22]) Ler também sobre os perigos duma focalização excessiva sobre os arquivos das instituições do Estado Novo e nomeadamente o arquivo Salazar, Miriam Halpern Pereira, *A História e as Ciências Sociais. Lição de Aposentação* (Lisboa: ISCTE, 2005).

([23]) Uma das últimas manifestações deste fenómeno aconteceu em Abril de 2009: a notícia da descoberta de um arquivo reunindo documentos da Presidência de Conselho de Ministros foi amplamente noticiada pela comunicação social (chegando à primeira página de jornais) porque este fundo remetia para informações sobre a figura de Salazar.

aos investigadores([24]). A excessiva focalização no Arquivo Salazar oculta a natureza do processo político que se exercia quotidianamente sobre os indivíduos. Salazar é a árvore que esconde a floresta do exercício do poder na ditadura. O Estado português, progressivamente tentacular, funcionava sem Salazar, como aconteceu depois do acidente que o incapacitou. Apesar do que é por vezes sugerido([25]), nem todos os assuntos de Estado passavam pelo seu gabinete de São Bento, sobretudo nos anos cinquenta e sessenta quando paralelamente ao envelhecimento do ditador a acção do Estado no quotidiano da população se diversificou e se complexificou. Desde os anos trinta, ministros, ou até mesmo directores-gerais, conquistaram uma importante autonomia de actuação nas áreas que tutelavam. O estudo de instituições estatais, por vezes consideradas menores num contexto mais lato de dominação, é muitas vezes determinante para desmontar uma visão centralizada do exercício do poder, revelando os processos de negociação e apropriação individual ou colectiva dos recursos estatais([26]).

Durante o período do Estado Novo, o aparelho estatal português registou uma transformação decisiva como o comprovam alguns dados: de 1940 a 1968, o número de funcionários passou de 61811 para 184054; o de direcções gerais e administrações centrais de 123 (em 1935) para 211 (em 1965)([27]). O mesmo processo ocorreu nos aparelhos de Estado coloniais, sobretudo nos territórios de povoamento. Para além de lhe atribuirmos uma função representativa da doutrina do regime, função que possuía a diversos níveis, interessa-nos olhar para o Estado como o suporte de um conjunto de formas de relação social, directamente ligadas ao processo de divisão social do trabalho e ao aumento das interdependências sociais([28]). No contexto de uma reconfiguração dos problemas e das metodologias, interessa-nos interpretar o incremento do processo de construção em Portugal de um Estado moderno, burocrático, criador de recursos e de autonomias específicas, regulador do quotidiano, no sentido do seu poder-infraestrutural([29]) e da imposição de uma governamentalidade([30]), legitimador de um processo de estratificação desigual, prestador de funções sociais, produtor de um saber específico manufacturado e aplicado em inúmeros espaços institucionais.

Ainda no que respeita à importância da diversificação das fontes, escasseiam os trabalhos sobre o período fundamentados em publicações secundárias, de natureza regional e associativa, bem como em arquivos regionais([31]), acervos fundamentais para se

([24]) Ver os trabalhos sobre a pouca documentação que resta do Ministério das Corporações e da Previdência Social: Fátima Patriarca, *A Questão social no salazarismo, 1930-1947* (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995); Francisco Carlos Palomanes Martinho, *A bem da Nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002); Albérico Afonso Costa Alho, *F.P.A. A Fábrica Leccionada. Aventuras dos Tecnocatólicos no Ministério das Corporações* (Porto: Profedições, 2008).

([25]) António Costa Pinto, «O império do professor, Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)», *Análise Social*, vol. XXV, n.º 157 (2001), pp. 1055-1076.

([26]) Ver o estudo das instituições corporativas ligadas às pescas estudadas por Álvaro Garrido, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2004) e *Economia e política das pescas portuguesas. Ciência, direito e diplomacia nas pescarias do Bacalhau (1945-1974)* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006). Ver também Mário Vieira de Carvalho, *Pensar é Morrer ou O Teatro de São Carlos nas mudanças de sistemas sóciocomunicativos desde fins do séc. XVIII até aos nossos dias* (Maia: INCM, 1993).

([27]) Luís Salgado de Matos, *Um «Estado de Ordens» contemporâneo. A organização política portuguesa*. Tese de doutoramento (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999), p. 536.

([28]) Veja-se, entre outros, a propósito da centralidade analítica do Estado moderno: Peter B. Evans, Dietrich Rueschemeyer, Theda Skocpol, dir., *Bringing the State Back in* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994); Michael Mann, *The Sources of Social Power*, 2 vols. (Cambridge: Cambridge University Press,1986); Pierre Bourdieu, Loïc Wacquant, Samar Farage, «Rethinking the State: Genesis and Structure of the Bureaucratic Field», *Sociological Theory*, vol. XII, n.º 1 (1994), pp. 1-18.

([29]) Michael Mann, «The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results», *Archives Européennes de sociologie*, vol. XXV (1984), pp. 185-213.

([30]) Michel Foucault, *Sécurité, territoire, population* (Paris: Gallimard/Seuil, 2004).

([31]) Ver algumas excepções, Dulce Freire, «Trabalhar nas vinhas do Douro e do Ribatejo em meados do século XX» in *O Douro Contemporâneo*, dir. Gaspar Martins Pereira e Paula Montes Leal (Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense, 2006), pp. 247-272; Diego Palacios Cerezales, *Estado, Régimen y Orden Pública en el Portugal Contemporâneo (1834-2000)*. Tese de doutoramento (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2008).

aceder a uma escala de relações sociais raramente existentes em documentação central. É notória enfim, na investigação sobre este período, a marginalização do recurso à história oral, sobretudo quando o historiador não se limita a entrevistar membros das elites políticas e sociais([32]). A história oral, neste quadro, não se assume apenas como um mero instrumento metodológico, mas como uma estratégia que define um olhar sobre a sociedade, nomeadamente sobre os seus segmentos sociais menos apreensíveis por registos documentais, os que não deixaram memórias nem um culto letrado, aqueles cujas práticas de trabalho ou de lazer são menorizadas. A construção de uma história social do período é mais visível em trabalhos monográficos([33]) ou em alguns dados construídos pelo próprio regime (de que o *Inquérito Económico-Agrícola* [1934-1936]

([32]) Sobre obras tendo recurso às fontes orais ver Paula Godinho, *Memórias da resistência rural no sul. Couço (1958-1962)* (Oeiras: Celta, 2001); Luísa Tiago de Oliveira, *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)* (Oeiras: Celta, 2004); Carlos Manuel Gonçalves, *Emergência e consolidação dos economistas em Portugal* (Porto: Afrontamento, 2006); Marta Nunes Silva, *Redes de Emigração Económica Clandestina com Destino a França (Penedono, 1960-1974)*. Tese de mestrado em História (Lisboa: Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa, 2008); Sónia Vespeira de Almeida, *Camponeses, Cultura e Revolução. As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)* (Lisboa: Colibri, 2009).

([33]) Ver por exemplo, José Cutileiro, *Ricos e pobres no Alentejo. Uma sociedade rural portuguesa* (Lisboa: Sá da Costa, 1977); Manuel Viegas Guerreiro, *Pitões das Júnias. Esboço de monografia etnográfica* (Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1981); Brian O'Neill, *Proprietários, lavradores e jornaleiras. Desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978* (Lisboa: Dom Quixote, 1984); João Ferreira de Almeida, *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do noroeste* (Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais, 1986); João de Pina Cabral, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa do Alto Minho* (Lisboa: Dom Quixote, 1989); Joaquim Pais de Brito, *Retrato de aldeia com espelho. Ensaio sobre Rio de Onor* (Lisboa: Dom Quixote, 1996); Susana Pereira Bastos, *O Estado Novo e os seus vadios* (Lisboa: Dom Quixote, 1997); Manuel Carlos Silva, *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal* (Porto: Afrontamento, 1998); José Manuel Sobral, *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999); Miguel Chaves, *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico. Marginalidade económica e dominção simbólica em Lisboa* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999); António Firmino da Costa, *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural* (Lisboa: Celta, 1999).

e o *Inquérito à Habitação Rural* [1943-1947] são talvez os melhores exemplos)([34]), conhecimento normalmente organizado sob outros regimes temáticos e disciplinares. Só assim parece ser possível aceder a um mundo de relações onde o Estado não chegava, ou chegava mal, ou só chegava articulando-se com os interesses e as maneiras de ver dos agentes locais do Estado, ou era apropriado por sistemas de dominação remanescentes de uma sociedade de antigo regime. Sem uma diversificação de fontes é difícil ter acesso às relações sociais politicamente desinstitucionalizadas, mas também a todas aquelas práticas que envolviam braços do Estado, as enquadradas pela escola, pela propaganda, pela administração, pelas instituições da cultura popular e erudita, que muitas vezes se assume serem o resultado das intenções ideológicas inerentes à própria dinâmica institucional. Agindo desta forma, o aluno será sempre o resultado da ideologia escolar, o leitor da ideologia escolástica, o adepto de futebol da alienação fascista, o crente da instrumentalização religiosa, o camponês da «cultura popular» eterna. Estudar a oferta, seja ela de bens culturais ou materiais, não deve impedir pensar as reapropriações, traduções, «bricolagens»([35]) e subversões populares([36]).

*

A análise histórica de um conjunto de práticas e representações sociais ocultas e da sua relação com o poder político, mas também com as desigualdades estruturais decorrentes do processo de estratificação social, beneficia do estabelecimento de bases que possibilitem, a partir de um projecto sustentado de forma orgânica numa unidade conceptual e metodológica, uma interpretação da relação entre a escala micro e processos situados a uma escala mais estrutural. Desta forma, trata-se de equacionar o velho

([34]) Veja-se o capítulo de Frederico Ágoas neste volume e João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000).

([35]) Michel de Certeau, *L'invention du quotidien, t.1, Arts de faire* (Paris: Gallimard, 1990).

([36]) Veja-se Richard Hoggart, *As utilizações da cultura: Aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos* (Lisboa: Presença, 1975 [1957]).

problema da ligação entre a acção e a estrutura evitando reduzir aquela a um reflexo da história nacional, da tipologia do regime e da vontade do líder. Sem eliminar estes factores da equação, interessa pensar as práticas e as relações de poder no quadro de processos socializadores que caracterizaram os últimos dois séculos, focos da estruturação primária das relações sociais, como o foram, para lá de um quadro de explicação nacional, o advento do Estado moderno centralizado, o incremento da divisão e especialização social do trabalho, factor de integração e conflito, e a decorrente multiplicação das interdependências sociais. Estes elementos centrais dos processos históricos reconfiguram as formas de dominação mas também os poderes, não apenas traduzidos em lutas organizadas, mas noutras formas de resistência, modos de expressão, mobilidades, novos hábitos e consumos, elementos que redesenham os conflitos manifestos e latentes, transformando os equilíbrios em dinâmicas. Tal abordagem permite o regresso dos fracos, atribuindo-lhes poder, não apenas o poder político mas o poder de criar, de negociar, de «resistir e adaptar-se»([37]). O desenvolvimento do processo de divisão social do trabalho e do conhecimento e da especialização do aparelho estatal criaram esferas de poder relativamente autónomas([38]) expressas numa multiplicação de interesses e racionalidades que se revelam complexas e não redutíveis a uma concentração do poder num centro monolítico, entendido como origem principal da causalidade histórica, tanto no que respeita aos seus sucessivos períodos temporais como no que concerne à diversidade de forças que em cada período imperam. Enfim, as estruturas da sociedade portuguesa reproduzem, de forma particular, à qual a natureza do regime não é evidentemente indiferente, processos de transformação estrutural transnacionais que se repercutem nas práticas quotidianas e nos modos de representação do mundo.

*

([37]) Manuel Carlos Silva, *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal* (Porto: Afrontamento, 1998).

([38]) Campos sociais, se quisermos utilizar o conceito cunhado por Bourdieu, na esteira da análise dos processos de racionalização estudados por Weber.

Este conjunto de estudos sobre o período do Estado Novo não pretende avançar com uma alternativa sistemática ao modo como se tem organizado um campo de estudos e contada uma narrativa histórica, projecto que exigiria outra lógica de trabalho. Estes textos procuram, no entanto, a partir de um conjunto de estudos de caso, definir problemas de investigação que, em relação à história do período, estejam para além de uma definição restrita de questões de partida ou sirvam apenas para confirmar modelos pré-estabelecidos de análise. A tentativa de ultrapassar este confinamento é desenvolvida pelos vários textos de formas diferentes, redefinindo a relação entre as várias escalas do poder, procurando indivíduos, grupos e práticas ocultados por determinada perspectiva, propondo novas formas de conceber uma narrativa cronológica, acentuando a importância de temas menosprezados.

O caso da emigração portuguesa para França, explorado por Victor Pereira, permite pensar as relações de poder neste longo período da história da sociedade portuguesa como um intrincado processo de interdependências no qual a acção do regime e do seu máximo dirigente está condicionada por um conjunto de forças (grupos sociais, instituições, administrações, correntes políticas, sectores produtivos, interesses locais) em permanente conflito e tensão. Estas tensões remetem para a relação do poder político com outros poderes situados a escalas diferentes; forças que não podem ser reduzidas aos mecanismos da obediência, já que também elas instrumentalizam o poder do Estado, levando-o a negociar([39]). Nesta perspectiva, é difícil pensar que o ditador tem o poder como possui um bem. Como outros textos procurarão revelar, o poder do regime, em grande medida não confundível com

([39]) Trabalhos inspirados pelas leituras de Norbert Elias já demonstraram que em ditaduras o poder dirigente máximo, aparentemente absoluto, está encastrado numa rede de interdependências obrigando a negociações e equilíbrios. Ver no caso da ditatura na Tunísia, Béatrice Hibou, *La force de l'obéissance. Economie politique de la répression en Tunisie* (Paris: La Découverte, 2006). Pode também consultar-se o trabalho de Delphine Dulong sobre a legitimação de certos grupos sociais no espaço público pela construção e defesa da proeminência do Presidente da República no contexto do início da Quinta República francesa: «Le président de la République: configuration et position prééminente», in *Norbert Elias, la politique et l'histoire*, dir. Alain Garrigou, Bernard Lacroix (Paris: La Découverte, 1997), pp. 266-289.

o poder do Estado, relaciona-se com inúmeros poderes instituídos, parte deles organizados institucionalmente, outros inscritos nas estruturas sociais, nas relações de classe, de género, nas socializações familiares e espaciais, no fundo, na incorporação social de desigualdades objectivas, processo sobre o qual o regime, certamente, não deixa de actuar como um importante árbitro, não apenas como um instrumento de aplicação de uma doutrina, mas também como um gestor das desigualdades sociais e das mobilidades. É fundamental compreender como Salazar usou os conflitos que dividiam as elites portuguesas (provocando-as por vezes) para fortalecer a sua posição de árbitro([40]), mas também compreender que interesses tinham os indivíduos e os grupos que participaram no equilíbrio de forças que constituiu o Estado Novo. Que poder(es) a preeminência de Salazar assegurava e defendia? O centro da questão não é apenas o poder de Salazar mas os poderes que circulavam na sombra de Salazar, poderes que asseguravam a posição do ditador. A reconfiguração da estrutura de classes, reforçada pela mobilidade da população que se exprime pela emigração e pela urbanização, revelou novos poderes e tensões tanto no que respeita às lutas entre classes dominadas e classes dominantes, mas também às lutas no interior destas últimas. Com efeito, a mobilidade da população reconfigura o conflito entre a burguesia agrária e a burguesia industrial mas também os conflitos internos nestes estratos da população.

Um dos principais objectivos do texto de Victor Pereira, presente de forma matricial no capítulo seguinte da autoria de Inês Brasão, passou por compreender a racionalidade daqueles que decidiram mover-se, das suas expectativas, trajectos e processos de adaptação, contra explicações mecânicas do fenómeno migratório que reduzem a mobilidade à diferença de salários entre o local de origem e o local de destino ou que postulam que é apenas a pobreza que incita os indivíduos a partir([41]). Recorrendo à perspectiva dos próprios actores, é possível interpretar, a uma escala mais baixa, as contradições decorrentes da evolução social nesta época,

([40]) Como já foi notado para os anos 1930-1960 por Fernando Rosas, *Salazarismo e fomento económico* (Lisboa: Editorial Notícias, 2000), pp. 9-16.

([41]) Para uma desconstrução destes postulados, veja-se José Moya, *Cousins and strangers. Spanish immigrants in Buenos Aires, 1850-1930* (Berkeley: University of California Press, 1998).

especialmente visíveis nos grandes movimentos da população portuguesa no período do pós-guerra.

Inês Brasão procura precisamente, recorrendo à voz dos elementos de uma das mais esquecidas categorias laborais em Portugal, as criadas de servir, olhar o processo de transformação do espaço económico nacional a partir das suas experiências vividas, enquanto observatório particular que permite interpretar mudanças e continuidades sociais. As criadas, grupo muito significativo em termos numéricos no Portugal do século XX, são um objecto historiográfico que quase desaparece sob a força de uma história dominada pela acção das elites ou pelo estudo das resistências confinadas ao protagonismo dos heróis individuais e colectivos consagrados por narrativas políticas, tais como os assalariados rurais, ou os operários. A diversificação e urbanização da estrutura ocupacional deu origem a um movimento do espaço rural para as cidades e suas periferias que abalou as sociedades mais ruralizadas e tornou as cidades espaços mais dificilmente controláveis. Os processos sociais que caracterizaram estes movimentos configuraram modos de adaptação de populações rurais a espaços urbanos e a uma economia em modernização desequilibrada (as políticas sociais só tardiamente e imperfeitamente acompanharam os processos de urbanização e de massificação do assalariamento, agravando a «descoincidência relativa entre produção capitalista e reprodução social»([42])), o que determinou em Portugal uma permanência de economias informais([43]), sustentáculo existencial de vidas informais. Os estudos orientados para uma escala macrossocial realizados no âmbito da ideologia desenvolvimentista da sociologia e da economia a partir dos anos sessenta, revelando os traços desiguais que definiam o quadro de desenvolvimento do país, acabaram por homogeneizar os dois pólos a partir dos quais se concebia a análise da evolução do país: por um lado, os modernos meios urbanos do litoral, por outro, o Portugal do interior, atrasado e imóvel([44]).

([42]) Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)* (Porto: Afrontamento, 1990), p. 109.

([43]) Manuel Villaverde Cabral, «A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização», *Análise Social*, vol. XIX, n.º 76 (1983), pp. 199-234.

([44]) Adérito Sedas Nunes, *Sociologia e ideologia do desenvolvimento* (Lisboa: Moraes, 1969).

As vozes das mulheres entrevistadas por Inês Brasão expressam à sua maneira uma posição social em mudança vivida na primeira pessoa. A visão a partir de um mundo rural pobre e desigual, assente em relações de servidão; o processo de transição, firmado em opções difíceis fundadas ainda em redes de relação servis; a adaptação a uma condição urbana, onde os elementos de uma categoria laboral em transformação viviam entre a manutenção no mundo urbano de uma estrutura de relações de poder vincada e as oportunidades decorrentes das solicitações da cidade, espaço de novas relações e de consumos, fundamento de outras concepções e aspirações sociais; o regresso à terra de origem já muitas vezes sob uma condição material e simbólica diferente que conferia a estas mulheres um estatuto local particular.

A análise das práticas de lazer e dos consumos culturais durante o Estado Novo, presente no texto de Inês Brasão, torna-se num dos objectos fundamentais dos textos de Manuel Deniz Silva e Pedro Russo Moreira, sobre a rádio e a história da Emissora Nacional, e de Nuno Medeiros, sobre o universo da edição. Estes textos examinam a constituição de esferas sociais relativamente autónomas, produtoras de interesses e racionalidades comerciais, culturais, profissionais, de classe ou fracção de classe. A relação destes universos com o poder político e com o Estado era necessariamente filtrada por todo um conjunto de negociações, apropriações e retóricas que revelam a necessidade de não tomar a acção dos indivíduos que os sustentavam como dependentes de um vínculo estritamente político, reflexo de uma concepção política e ideológica emanada por um centro. Os agentes envolvidos nestes espaços de decisão procuraram utilizar o Estado, criador de uma estrutura de oportunidades, como plataforma de recursos sociais e simbólicos. Neste sentido, perseguiam interesses que se encontravam relativamente ocultados por detrás da típica retórica institucional presente em registos documentais. O reconhecimento da existência destes campos relativamente autónomos implica um pressuposto conceptual que afecta o modo como se olha o processo histórico e que necessariamente deve ser apoiado numa diversificação de fontes. Um dos maiores interesses no estudo da rádio e da edição era o modo como estes se apresentavam como instrumentos de mediação social, cultural, económica e também política. As indústrias culturais e mediáticas produziam imagens influenciando de modo inevitável as representações dos indivíduos sobre o mundo.

No período em estudo desenvolveram-se os meios de comunicação de massa, surgiu a rádio e a televisão, massificou-se o cinema, os desportos de competição e outras formas de cultura popular. O efeito de mediação exercia-se pela relação entre centros de produção cultural e os seus receptores, no âmbito de um mercado particular. A relação destes fenómenos, estruturadores do quotidiano, com o regime está ainda em grande medida por explorar([45]).

Manuel Deniz Silva e Pedro Russo Moreira demonstram, a partir do caso da Emissora Nacional, a forma como a intervenção do regime na rádio pública foi condicionada pelas regras de um mercado cultural específico que o poder precisava de compreender. A concepção de uma prática cultural ideológica dependia das virtudes e defeitos de um meio de comunicação que possuía uma projecção popular sustentada em gostos sedimentados. Os receptores não eram seres passivos sem preferências, histórias ou critérios de classificação estética. A produção radiofónica, para ser eficaz, estava constrangida pelas características das suas audiências, enformadas por um universo cultural toldado por emissores concorrenciais de característica comercial que exploravam o emergente mercado do disco, mas também outras formas culturais populares, para conseguirem boas audiências. No decorrer das discussões sobre a melhor forma de organizar a rádio nacional, descritas por Manuel Deniz Silva e Pedro Russo Moreira, travavam-se as lutas particulares inerentes a este campo de intervenção política e cultural. O Estado Novo, apoiando a cultura, contribuiu para a institucionalização de um campo cultural que, até hoje, se constitui como uma estrutura sustentada pelo Estado, onde se jogavam interesses e estratégias diversas, reprodutores de interesses corporativos ou decorrentes de lógicas mais finas de reprodução de determinadas camadas sociais. A lógica destas lutas, e dos indivíduos que as protagonizavam, encontrava-se muito para lá de uma directa adesão aos princípios políticos dos regimes que governavam o país.

([45]) Ver Francisco Rui Cádima, *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa* (Lisboa: Presença, 1996); Luís Reis Torgal, dir., *O Cinema sob o olhar de Salazar* (Lisboa: Temas e Debates, 2000); Yves Léonard, «Portugal (1928-1974). Sous l'œil de Salazar» in *Cinéma et régimes autoritaires au XXe siècle. Ecrans sous influence*, dir. Raphaël Muller, Thomas Wieder (Paris: Presses Universitaires de France, 2008), pp. 81-96.

O reconhecimento da existência de um campo da edição caracterizado por lutas próprias e por um diálogo particular com o poder do regime e do Estado é também um princípio que guia o texto de Nuno Medeiros sobre a relação dos editores com a sociedade portuguesa durante o Estado Novo. Também aqui, o autor não reduz o universo de actividade de um campo de actividade relativamente autónomo à sua inserção numa sociedade que pode ser erradamente confundida com o regime que a governava. A organização do campo editorial, coagida politicamente, dialogava com as lógicas próprias de uma actividade em constante relação com um mercado de gostos em desenvolvimento. Num país com baixos índices de alfabetização, a circulação de objectos impressos não deixava de replicar lógicas internacionais, a especialização de uma oferta editorial que reflectia a emergência de categorias editorais homólogas a tipos sociais em permanente transformação: as «mulheres», as «crianças», os «jovens», o «leitor popular», o «leitor do livro técnico», o «leitor do livro nacional», o «leitor do livro internacional», etc. Noutro sentido, a relação dos editores com o Estado, fonte de enquadramento de uma actividade profissional, não deve ser confundida com a relação com um regime, fonte de enquadramento e controlo político e ideológico. Entre estes mundos, como Nuno Medeiros procura provar, vogam um conjunto de interesses individuais e colectivos, que juntam vocações literárias ao simples desejo de exploração comercial. Neste aspecto, as editoras, ao fazerem circular o livro, não deixaram de exercer um efeito de socialização nos leitores, criando formas de imaginação social que apenas os estudos sobre a recepção poderão revelar com mais acuidade, um processo metodológico que evita os olhares que tomam o leitor pela obra lida, ou aqueles que seleccionam o interesse da obra pela sua relação com a literatura da situação ou, mais evidentemente, com a literatura da resistência. Nestes textos, a recepção das obras culturais é um poder implícito, embora aqui não inquirido directamente, em todas as decisões tomadas no lado da produção, seguissem estas um interesse mais comercial ou político.

Os textos de Nuno Domingos e Frederico Ágoas, partindo de objectos diferentes, a organização de tempos livres para trabalhadores (FNAT) criada em 1935 pelo regime e a história da institucionalização de uma prática sociológica em Portugal, procuram criar uma narrativa histórica sustentada em nexos de causalidade que

se encontram para lá de uma estrutura de explicação fundada na matriz ideológica do regime. Nesse sentido, enquadraram os seus objectos no âmbito de processos macrossociais, nomeadamente o processo de construção do Estado moderno, junto do qual se desenvolvem instrumentos e técnicas de intervenção social e se institucionalizam saberes, e a relação desta infra-estrutura estatal com o incremento da divisão social do trabalho. A reacção de grupos organizados dentro do aparelho de Estado à circulação de ideias e técnicas que enquadravam um novo modelo económico permite interpretar a hegemonia progressiva de uma ideologia desenvolvimentista, onde a legitimidade do poder já não assentava somente na soberania mas, entre outras coisas, no crescimento económico capaz de favorecer o próprio desenvolvimento do Estado. Estes artigos, focando as lógicas de negociação dentro do aparelho do Estado e da estrutura do poder, acentuando apropriações e tensões várias, optam por um olhar mais amplo, forma de propor uma outra leitura de processos longos.

A relação desta forma estatal burocrática com a emergência de determinado tipo de relações de produção, também elas relações sociais por excelência, é tratada no artigo de Nuno Domingos sobre a acção da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. A organização de tempos livres para trabalhadores, na esfera específica do lazer, assinalava a utilização por parte do Estado, no quadro do corporativismo português, de técnicas modernas de regulação de um sistema de relações de produção de tipo capitalista; a génese de tais relações remonta ao século XIX e assistiu-se à sua transformação durante o século XX, quando o Estado veio a assumir um papel mais interventivo, procurando agir em escalas diferentes, tanto no contexto da formação de sistemas de protecção social como no quotidiano concreto das empresas. Neste quadro de intervenção específico não se esgotava a acção da FNAT nem imperava um tipo de «inculcação ideológica», normalmente associada a uma cronologia do período fundada sobre a tipologia do regime. Num quadro mais largo de políticas sociais, esta acção específica da FNAT impunha uma mediação ideológica, fundada em conhecimentos periciais promovidos em fóruns internacionais e institucionalizados dentro do aparelho de Estado, que incidia sobre as condições de socialização dos trabalhadores. As políticas de regulação social, que configuram formas ideológicas modernas, subtis, contrastavam com os métodos repressivos e de aterro-

rização que o regime nunca deixou de usar. A FNAT interveio na escala da empresa, num contexto de reorganização das relações de trabalho que o corporativismo promoveu e que o neocorporativismo desenvolveria([46]). Em Portugal, como noutras paragens, os fundamentos desta acção ideológica foram progressivamente eufemizados. A autonomização relativa de um campo específico de resolução de problemas sociais relacionado com a questão das relações de trabalho legitimou a procura de uma maior justiça social, ocultando as condições históricas e sociais que estiveram na base da formação desse mesmo campo.

É também de um processo de esquecimento que Frederico Ágoas trata no seu texto, neste caso de uma genealogia perdida da história da sociologia em Portugal: a sua aplicação no contexto dos estudos sobre estruturas agrárias e o mundo rural. A recuperação desta história não é apenas relevante para desafiar uma narrativa oficial da disciplina, sustentada num olhar internalista, dir-se-ia não sociológico, produzido pelos próprios agentes que circulam no campo. Refundar a cronologia de uma prática científica possibilita interpretar a relação dos saberes com o processo de institucionalização do aparelho estatal e, inversamente, a relevância que os problemas sociais identificados pelo Estado tiveram na institucionalização de algumas disciplinas científicas em Portugal. Estes problemas sociais não decorrem em primeira mão de preocupações específicas de um governo fascista, mas sim, mais uma vez, das questões que as relações sociais, e nomeadamente as relações de trabalho, como acontecia noutros contextos políticos, colocavam a agentes económicos e sobretudo aos elementos do crescente e burocratizado aparelho estatal. Tal olhar rompe necessariamente com as fronteiras de uma história política. Os quadros conceptuais e metodológicos alocados para conhecer a população, que enformam uma prática sociológica, resultam de um contexto em que se interceptam lógicas propriamente políticas, com diversas autonomias estatais e com interesses decorrentes da sistematização de um ofício científico, dependente de uma procura estatal mas apresentando dinâmicas autónomas geradoras de contradições que apenas uma narrativa situada a determinada escala pode determinar.

([46]) Manuel de Lucena, *A evolução do sistema...*; Howard Wiarda, *Corporatism and development. The Portuguese experience* (Amherst: The University of Massachusetts Press, 1977); Philippe Schmitter, *Portugal: do autoritarismo à democracia* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999).

O texto de Ricardo Noronha centra-se num problema económico específico, a inflação, que possuía também uma importante dimensão política. A luta contra a inflação tinha sido erigida como uma prioridade da política económica e financeira do Estado Novo para favorecer a repatriação dos capitais que, na Primeira República, tinham sido investidos na bolsa de Londres, atrair os investimentos e manter a paz social. Além de ser uma preocupação económica, o controle da inflação devia provar o sucesso do Estado Novo no restabelecimento da ordem financeira, económica, política e social e a sua superioridade em relação ao regime anterior. Ricardo Noronha procura reconstruir, para um período de «tensão inflacionária», toda uma dinâmica de negociação que revelava a articulação do saber económico com as políticas estatais. Esta análise acentua a importância de considerar que durante o período do Estado Novo, mas também para lá dos limites de uma cronologia sustentada nas fronteiras impostas por uma história política, Portugal fez parte de uma rede de trocas económicas, sociais políticas e culturais, assente em redes institucionais internacionais, nas relações decorrentes da divisão internacional da produção e do consumo e no inerente desenvolvimento de uma sociedade de classes([47]). A economia capitalista ia-se impondo pela exploração dos instrumentos macroeconómicos, enquadrados e legitimados pelo Estado, como foi notado nos textos de Nuno Domingos e Frederico Ágoas, mas também no modo, ainda pouco estudado, como se generalizaram, entre a população, comportamentos económicos de gestão de orçamentos familiares e individuais, suportados pela expansão do sistema bancário pelo território. O problema da inflação sugere ainda o interesse em analisar, sob outras estratégias metodológicas, o pouco explorado efeito social da circulação de mercadorias, decorrente de um interesse comercial, não controlado politicamente, e dos seus efeitos sobre as práticas quotidianas, já que os produtos, além da sua natureza material e puramente económica, se imiscuem nas relações sociais, transformando-as([48]).

([47]) Em suma a sua participação no quadro de um sistema mundo em evolução, como o propôs Immanuel Wallerstein, *O Sistema Mundial Moderno* (Porto: Afrontamento, 1990).

([48]) Arjun Appadurai, dir., *The social life of things. Commodities in cultural perspectives* (Cambridge: Cambridge University Press, 1986).

No contexto de uma economia ocidental em forte crescimento e em vias de integração, articulada com todo o espaço colonial, a utilização do conhecimento pericial económico, disputado por vários especialistas, denunciava, apesar do aparente carácter neutral da sua cientificidade, uma relação próxima com os interesses de agentes económicos e a sua força no aparelho de Estado. A economia impunha-se como a matriz fundamental de interpretação da realidade, que sustentava tomadas de decisão políticas e sociais afirmando-se como um princípio de discussão progressivamente indiscutível e não escrutinado nem genericamente compreendido pela população, escudado que estava no vocabulário da razão técnica. O problema da inflação sugere formas diferentes de imaginar uma sociedade, que ultrapassam as fronteiras do regime, e que colocam em confronto técnicos que argumentam, dentro dos seus saberes, com o intuito de projectar modelos de sociedade política e ideologicamente fundados. Desta forma, além de interpretar o quadro de relações fundamentais que dominavam a política e a economia, suscitando uma análise estrutural das suas relações e dependências, Ricardo Noronha também examina os economistas da oposição, próximos do Partido Comunista Português, que por intermédio da análise do mesmo problema económico, a inflação, sugerem um diferente modelo de sociedade, crítico do capitalismo português, que são obrigados a sustentar do ponto de vista da ciência económica. O texto de Ricardo Noronha, focando-se em determinado problema económico, participa no debate sobre a natureza do marcelismo, suas rupturas e continuidades. Este período histórico é quase sempre interpretado à luz do seu passado mas sobretudo do período posterior, iniciado pelo 25 de Abril. No sentido da crítica de Roger Chartier a uma história do século XVIII que se reduz à procura das causas da Revolução Francesa, podemos afirmar que a interrogação sobre se o marcelismo foi uma «transição falhada» assume o princípio teleológico da necessidade de uma transição([49]). Assim, o período que vai da chegada de Marcello Caetano a São Bento até ao 25 de Abril transforma-se quase num não-momento histórico, que carece ser estudado por aquilo que foi e não por o que devia ter sido.

([49]) Roger Chartier, *Les origines culturelles de la révolution française* (Paris: Seuil, 1990).

Por fim, o texto de Nuno Dias abre as portas para uma questão pouco explorada pela historiografia do período: a relação de alguns processos sociais durante o Estado Novo com o império colonial e suas continuidades no contexto pós-independências. A nacionalização do processo histórico, entendida aqui como um confinamento à metrópole nacional, tende a separar o mundo colonial da estruturação de dinâmicas de relacionamento e organização social de um espaço global que inclui territórios diferentes em permanente relação. No que respeita ao processo de racialização, tema tratado por Nuno Dias, interessa desafiar uma concepção metropolitana de «sociedade portuguesa», questionando categorias através das quais ela deve ser pensada. Ao tratar as relações raciais no império português a partir de uma população particular que vivia dentro das suas fronteiras, os indianos, o autor interroga o modo como concebemos cientificamente a escala de um espaço soberano, nacional e imperial, e, neste caso específico, o tratamento das vidas e das práticas de todos aqueles que ali habitam. O campo de investigação sobre o Estado Novo, tratando das trocas económicas com o mundo colonial e do processo político e legislativo que decorre da gestão desse universo, acaba por reificar uma ideia de «população» e de «sociedade» da qual estão excluídos os indivíduos que viviam dentro das suas fronteiras, legitimando um destino definido pelo próprio Estado colonial. Apesar das estruturas coloniais locais, formais ou informais, terem desempenhado um reconhecido papel na estruturação dos modos de vida e das relações de poder, a regulação política matricial do Estado colonial não deixou, durante o Estado Novo, de ser definida a partir de Lisboa. Deste modo, a inexistência de um «problema racial» na metrópole, ou pelo menos a sua importância relativa, é o resultado da exclusão do terreno colonial como base de colocação de um conjunto de problemas de investigação.

*

Gostávamos de agradecer ao Cesnova (F.C.T), que acolheu o seminário do qual resultou esta obra, nomeadamente ao Grupo da Sociologia Histórica Comparada. Este seminário proporcionou um conjunto de debates e discussões que contribuíram significativamente para a organização deste livro. O trabalho a que este livro foi sujeito pelo critério rigoroso, entusiasmado e crítico dos dois

avaliadores (*referees*) foi importante para a versão final, bem como aliás as leituras cruzadas realizadas entre os autores dos vários textos, que nunca recusaram debater as suas perspectivas. Parte das preocupações dos avaliadores relacionava-se com a articulação entre os objectivos avançados na introdução e os textos do livro. Em certo sentido, cabia perguntar se os textos cumpriam de forma coerente alguns dos pressupostos avançados na introdução. O trabalho de revisão procurou aproximar os textos, reforçando a ideia, que assumimos no princípio, da existência de um debate comum partilhado por todos, sem que isso prejudicasse a personalidade dos textos e o olhar particular de cada autor. Independentemente da unidade alcançada, subsistiu até ao fim a ideia inicial de provocar uma discussão quanto aos princípios que presidem à análise historiográfica de determinado período e o desejo de tornar a discussão teórica e metodológica no centro de um debate que consideramos estar ainda em grande medida por fazer.

Bibliografia

AA.VV, *O Fascismo em Portugal* (Lisboa: Regra do Jogo, 1982).

AA.VV, *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarcia, 1929-1959*, vols 1 e 2 (Lisboa: Fragmentos, 1987).

ALHO, Albérico Afonso Costa, *F.P.A. A Fábrica Leccionada. Aventuras dos Tecnocatólicos no Ministério das Corporações* (Porto: Profedições, 2008).

ALÍPIO, Elsa Santos, *Salazar e a Europa. História da Adesão à EFTA (1956-1960)* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006).

ALMEIDA, João Ferreira de, *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais numa Região do Noroeste* (Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais, 1986).

ALMEIDA, Pedro Tavares de, Rui Miguel BRANCO, dir., *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha (século XIX-XX)* (Lisboa: Livros Horizonte, 2007).

ALMEIDA, Sónia Vespeira de, *Camponeses, Cultura e Revolução. As Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)* (Lisboa: Colibri, 2009).

AMARAL, Domingos Freitas do, *Enquanto Salazar Dormia...* (Lisboa: Casa das Letras, 2006).

APPADURAI, Arjun, dir., *The social life of things. Commodities in cultural perspectives* (Cambridge: Cambridge University Press, 1986).

BASTOS, Susana Pereira, *O Estado Novo e os seus vadios* (Lisboa: Dom Quixote, 1997).

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Estudos de História contemporânea* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007).

BOURDIEU, Pierre, «La specificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison», *Sociologie et Sociétés*, vol. VII, n.º 1 (1975), pp. 91-117.

BOURDIEU, Pierre, «Le champ scientifique», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 2-3 (1976), pp. 88-104.

BOURDIEU, Pierre, *Homo Academicus* (Paris: Minuit, 1984).

BOURDIEU, Pierre, *L'ontologie politique de Martin Heidegger* (Paris: Minuit, 1988).

BOURDIEU, Pierre e Loïc Wacquant e Samar Farage, «Rethinking the State: Genesis and Structure of the Bureaucratic Field», *Sociological Theory*, vol. XII, n.º 1 (1994), pp. 1-18.

BRITO, Joaquim Pais de, *Retrato de aldeia com espelho. Ensaio sobre Rio de Onor* (Lisboa: Dom Quixote, 1996).

CABRAL, Manuel Villaverde, «A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização», *Análise social*, vol. XIX, n.º 76 (1983), pp. 199-234.

CÁDIMA, Francisco Rui. *Salazar, Caetano e a televisão portuguesa* (Lisboa: Presença, 1996).

CAHEN, Michel, «Salazarisme, fascisme et colonialisme. Problèmes d'interprétation en sciences sociales, ou le sébastianisme de l'exception», *Portuguese Studies Review*, vol. XVI n.º 1 (2008), pp. 87-114.

CAHEN, Michel, *Africando. Bilan 1988-2009 et projets 2009-2018.* Relatório para a Habilitação a dirigir investigações (Paris: Université de Paris I Panthéon-Sorbonne, 2008).

CAMAU, Michel, Gilles Massardier, dir., *Démocraties et autoritarismes. Fragmentation et hybridation des régimes* (Paris: Karthala, 2009).

CARVALHO, Mário Vieira de, *Pensar é Morrer ou O Teatro de São Carlos nas mudanças de sistemas sociocomunicativos desde fins do séc. XVIII até aos nossos dias* (Maia: INCM, 1993).

CEREZALES, Diego Palacios, *Estado, Régimen y Orden Pública en el Portugal Contemporáneo (1834-2000)*, tese de doutoramento (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2008).

CERTEAU, Michel de, *L'invention du quotidien, t. 1, Arts de faire* (Paris: Gallimard, 1990).

CHARTIER, Roger, *Les origines culturelles de la révolution française* (Paris: Seuil, 1990).

CHAVES, Miguel, *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico. Marginalidade económica e dominção simbólica em Lisboa* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999).

COSTA, António Firmino da, *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultura* (Lisboa: Celta, 1999).

COSTA, Joel, *O assassínio de Salazar* (Lisboa: Casa das Letras, 2007).

COSTA, Pedro, *Salazar e os milionários* (Lisboa: Quetzal, 2009).

CUTILEIRO, José, *Ricos e pobres no Alentejo. Uma sociedade rural portuguesa* (Lisboa: Sá da Costa, 1977).

CRUZ, Manuel Braga da, *O partido e o Estado no salazarismo* (Lisboa: Presença, 1988).

DABÈNE, Olivier, Vincent Geisser, Gilles MASSARDIER, dir., *Autoritarismes démocratiques et démocraties autoritaires au 21e siècle. Convergences Nord/sud. Mélanges offerts à Michel Camau* (Paris: La Découverte, 2008).

DORMAGEN, Jean-Yves, "Penser un «totalitarisme sans terreur»", Les apports conceptuels de Juan Linz à la compréhension du fascisme italien in Penser les régimes politiques avec Juan J. Linz, dir. Mohammad-Saïd Darviche, William Genieys (Paris: L'Harmattan, 2008), pp. 19-44.

DULONG, Delphine, «Le président de la République: configuration et position préémiente», in *Norbert Elias, la politique et l'histoire*, dir. Alain Garrigou, Bernard Lacroix (Paris: La Découverte, 1997), pp. 266-289.

ELIAS, Norbert, *A sociedade de corte* (Lisboa: Estampa, 1987).

ELIAS, Norbert, *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas* (Lisboa: Dom Quixote, 2006).

EVANS, Peter B., Dietrich Rueschemeyer, Theda Skocpol dir., *Bringing the State Back in* (Cambridge: Cambridge University Press, 1994).

FARIA, Miguel Figueira de, *Alfredo da Silva e Salazar* (Lisboa: Bertrand, 2009).

FOUCAULT, Michel, *Sécurité, territoire, population* (Paris: Gallimard/Seuil, 2004).

FREIRE, Dulce, «Trabalhar nas vinhas do Douro e do Ribatejo em meados do século XX», in *O Douro Contemporâneo*, dir. Gaspar Martins Pereira e Paula Montes Leal (Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense, 2006), pp. 247-272.

GARRIDO, Álvaro, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2004).

GARRIDO, Álvaro, *Economia e política das pescas portuguesas. Ciência, direito e diplomacia nas pescarias do Bacalhau (1945-1974)* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006).

GARRIDO, Álvaro, *Henrique Tenreiro. Uma biografia política* (Lisboa: Temas e debates, 2009).

GODINHO, Paula, *Memórias da resistência rural no sul. Couço (1958--1962)* (Oeiras: Celta, 2001).

GONÇALVES, Carlos Manuel, *Emergência e consolidação dos economistas em Portugal* (Porto: Afrontamento, 2006).

GUERREIRO, Manuel Viegas. *Pitões das Júnias. Esboço de monografia etnográfica* (Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 1981).

HIBOU, Béatrice, *La force de l'obéissance. Economie politique de la répression en Tunisie* (Paris: La Découverte, 2006).

HOGGART, Richard, *As utilizações da cultura: Aspectos da vida da classe trabalhadora com especiais referências a publicações e divertimentos* (Lisboa: Presença, 1975 [1957]).

KUHN, Thomas, *A Estrutura das Revoluções Científicas* (Lisboa: Guerra e Paz, 2009).

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970), Cultura Popular e Identidade Nacional* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000).

LÉONARD, Yves, «Sous l'œil de Salazar», in *Cinéma et régimes autoritaires au XXe siècle. Ecrans sous influence*, dir. Raphaël Muller, Thomas Wieder (Paris: Presses Universitaires de France, 2008), pp. 81-96.

LÉONARD, Yves, *Salazarismo e fascismo* (Lisboa: Inquérito, 1998).

LINZ, Juan, *Totalitarian and authoritarian regimes* (Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2000).

LUCENA, Manuel, *A evolução do sistema corporativo português* (Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976).

LUCENA, Manuel, «A revolução portuguesa: do desmantelamento da organização corporativa ao duvidoso fim do corporativismo», *Análise Social*, vol. XIII, n.º 51 (1977), pp. 541-592.

LUCENA, Manuel, «Neocorporativismo? Conceito, interesses e aplicação ao caso português», *Análise Social*, vol. XXI, n.º 87, 88, 89 (1985), pp. 819-865.

MANN, Michael, «The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results», *Archives Européennes de sociologie*, vol. XXV (1984), pp. 185-213.

MANN, Michael, *The Sources of Social Power* 2 vols (Cambridge: Cambridge University Press, 1986).

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *A bem da Nação: o sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002).

MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e poder e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1998).

MATOS, Luís Salgado de, *Um «Estado de Ordens» contemporâneo. A organização política portuguesa*, Tese de doutoramento (Instituto de Ciências Sociais, 1999).

MENESES, Luís Filipe, *Salazar: A political biography* (New York: Enigma, 2009).

MOORE Jr, Barrington, *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno* (Lisboa: Cosmos, 1975 [1966]).

MONTEIRO, Fernando Amaro, *Salazar e o Rei (que não foi)* (Lisboa: Livros do Brasil, 2009).

MOYA, José, *Cousins and strangers. Spanish immigrants in Buenos Aires, 1850-1930* (Berkeley: University of California Press, 1998).

NUNES, Adérito Sedas, *Sociologia e ideologia do desenvolvimento* (Lisboa: Moraes, 1969).

NUNES, Renato, *Miguel Torga e a PIDE. A repressão e os escritores no Estado Novo* (Coimbra: Minerva, 2007).

O'NEILL, Brian, *Proprietários, lavradores e jornaleiras. Desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978* (Lisboa: Dom Quixote, 1984).

OLIVEIRA, Luísa Tiago de, *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)* (Oeiras: Celta, 2004).

PATRIARCA, Fátima, *A Questão social no salazarismo, 1930-1947* 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995).

PAXTON, Robert, *The anatomy of fascism* (London: Allen Lane, 2004).

PEREIRA, Miriam Halpern, *A História e as Ciências Sociais. Lição de Aposentação* (Lisboa: ISCTE, 2005).

PIMENTEL, Irene Flunser, *A história da PIDE* (Lisboa: Temas e Debates, 2007).

PIMENTEL, Irene Flunser, Luis Farinha, João Madeira, dir., *Vítimas de Salazar* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007).

PIMENTEL, Irene Flunser, *Biografia de um inspector da PIDE. Fernando Gouveia e o partido comunista português* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008).

PINA CABRAL, João de, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa do Alto Minho* (Lisboa: Dom Quixote, 1989).

PINTO, António Costa, *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais* (Lisboa: Estampa, 1992).

PINTO, António Costa, «O império do professor, Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)», *Análise Social*, vol. XXV, n.º 157 (2001), pp. 1055-1076.

RIBEIRO, Maria da Conceição, *A polícia política no Estado Novo, 1926-1945* (Lisboa: Estampa, 1995).

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo* [*1928-1938*] (Lisboa: Estampa, 1986).

ROSAS, Fernando, *Salazarismo e fomento económico* (Lisboa: Editorial Notícias, 2000).

ROSAS, Fernando, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, vol. XXV, n.º 157 (2001), pp. 1031-1054.

ROSAS, Fernando, «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», *Vértice*, n.º 13 (1989), pp. 21-29.

ROSAS, Fernando, José Maria Brandão de Brito, dir., *Salazar e Salazarismo* (Lisboa: Dom Quixote, 1989).

SANTOS, Boaventura de Sousa, *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)* (Porto: Afrontamento, 1990).

SANTOS, Rui, «With a Mind to Science: Theoretical underpinnings of Vitorino Magalhães Godinhos historical work», *Review - Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, n.º 4 (2005), pp. 339-350.

SCHMITTER, Philippe, *Portugal: do autoritarismo à democracia* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999).

SKOCPOL, Theda, *Estados e revoluções sociais: análise comparativa da França, Rússia e China* (Lisboa: Presença, 1985 [1979]).

SKOCPOL, Theda e Margareth Somers, «The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry». *Comparative Studies in Society and History*, vol. XXII, n.º 2 (1980), pp. 174-197.

SERRADO, Ricardo, *O jogo de Salazar. A política e o futebol no Estado Novo* (Lisboa: Casa das Letras, 2009).

SILVA, Manuel Carlos, *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal* (Porto: Afrontamento, 1998).

SILVA, Marta Nunes, *Redes de Emigração Económica Clandestina com Destino a França (Penedono, 1960-1974)*, Tese de mestrado em História (Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2008).

SILVA, Paulo Marques da, *Fernando Namora entre os dedos da PIDE. A repressão e os escritores no Estado Novo* (Coimbra: Minerva, 2009).

SOBRAL, José Manuel, *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999).

TENGARRINHA, José, *E o povo, onde está? Política popular, contra-revolução e reforma em Portugal* (Lisboa: Esfera do caos, 2008).

TORGAL, Luís Reis, dir., *O Cinema sob o olhar de Salazar* (Lisboa: Temas e Debates, 2000).

TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos, Estado Novo* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009).

WALLERSTEIN, Immanuel, *O Sistema Mundial Moderno* (Porto: Afrontamento, 1990).

WIARDA, Howard, *Corporatism and development. The Portuguese experience* (Amherst: The University of Massachusetts Press, 1977).